**Integrando sustentabilidades: temas para um debate sobre Educação Ambiental**

Profa. Anice Esteves Afonso

UERJ/Faculdade de Formação de Professores/Depto. de Geografia

Doutoranda em Geografia no PPGG/UFRJ

O debate acerca das responsabilidades escolares é amplo e a Educação Ambiental (EA) vem se firmando como mais uma delas.Não há, porém, um consenso entre os profissionais na escola sobre como isso deve ocorrer ou sob responsabilidade de quem. Proposta para ser inserida no currículo como tema transversal de caráter interdisciplinar, corre o risco de ser tratadaa partir do senso comum, sem o necessário aprofundamento teórico e metodológico.

O campo ambiental vem se consolidando como científico há décadas. Os discursos relacionados à causa ambiental estão associadas a concepções e sensibilidades variadas. Alguns dos discursos intrínsecos ao campo ambiental derivam de influências culturais vindas de outros momentos históricos, grupos sociais distintos e suas formas de ver o mundo. Essas perspectivas foram sendo reelaboradas na medida em que as transformações no espaço natural e nas relações sociais criaram situações novas, reações sociais, rearranjos espaciais e de poder distintos.

Nos últimos 50 anos, diversos eventos marcantes contribuíram para sustentar ações políticas cada vez mais estruturadas em relação à problemática ambiental.O caráter político do movimento ecologista se configurou mais claramente por volta dos anos 1960, especialmente nos países mais industrializados, onde o nível de degradação (sócio) ambiental era mais expressivo. No entanto, a dimensão e visibilidade das reivindicações ambientais se disseminaram no plano internacional rapidamente.

Pressões sociais convergiram e levaram ao surgimento de organismos ambientais, legislação específica e associações civis voltadas à questão ambiental em todo o mundo. Tais pressões levaram a ONU em 1972a criar o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) que apoiou desde então asconferências internacionais sobre Meio Ambiente.A partir dos anos 1980, o discurso ambiental se torna socialmente mais disseminado. Multiplicaram-se as chamadas Organizações Não-Governamentais (ONGs) e partidos políticos ligados aos movimentos ambientalistas que passaram sistematicamente a denunciar problemas e a pressionar governos em defesa da causa ecológica.

Em 1987 foi apresentado o “*Relatório Brundtland*: *Nosso Futuro Comum”*, no qual foi introduzido o conceito de desenvolvimento sustentável. A ideia geral seria a de relacionar a preservação ambiental com o desenvolvimento econômico, permitindo a habitabilidade da Terra às gerações futuras. Apesar do conceito ser muito aceito, há quemo considere ineficaz por ter sido elaborado mais como uma estratégia para sustentar o ‘desenvolvimento’ do que para viabilizar a proteção da Natureza.

Em função da pressão do movimento ambientalista internacional e interno, foi incluído na Constituição Brasileira de 1988 um capítulo sobre o meio ambiente, no qual a Educação Ambiental (EA), em todos os níveis de ensino, passou a ser dever do Estado. Atualmente, as políticas públicas de EA vêm sendo construídas no MMA e MEC – ministérios do Meio Ambiente (perspectiva de EA não-formal, a ser implementada por empresas públicas e privadas, organizações não-governamentais etc) e Ministério da Educação (perspectiva de EA formal, escolar).

Em 1992 realizou-se no Rio de Janeiro a *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, conhecida como *Eco-92*. Os países participantes elaboraram acordos internacionais para o controle das ações sobre o ambiente, entre os quais se destacam a **Agenda 21**, um amplo programa de ações sustentáveis relacionados a diferentes aspectos ambientais a serem implementadas durante o século XXI pelos países signatários. Do ponto de vista institucional, a *Declaração da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental* de Tbilisi ocorrida em 1997 é considerada um marco fundador da Educação Ambiental(EA) a nível internacional.

Essas e outras conferências organizadas pela ONU e também no Brasil por instituições como o Ministério do Meio Ambiente e o da Educação colocaram em evidência a importância de consolidar uma **Agenda 21 Escolar**, desde o nível nacional até o local. Os requisitos para implementar tal iniciativa incluem a participação de segmentos sociais ligados à coletividade escolar a fim de levantar problemas socioambientais relevantes e sugerir alternativas de intervenção a fim de minimizá-los, sempre buscando envolver o poder público, empresas, voluntários etc. Cabe ao educador ambiental o conhecimento prévio das condições naturais, sociais e culturais precedentes, a fim de não ser identificado como alguém com sugestões alienadas e impróprias. O educador ambiental teria, ainda, o papel de mediar a participação dos demais participantes – alunos e membros da comunidade em geral – o que não é tarefa simples: requer preparo profissional, tempo e condições materiais.

Alei federal 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estipula que a EA deva ser promovida em todos os níveis de ensino. Os Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN) de 1996 sugerem o tratamento do tema “Meio Ambiente” em abordagem transdisciplinar, considerando“os aspectos sociais, econômicos, científicos, tecnológicos, culturais, ecológicos e éticos” a fim de possibilitar uma visão integrada do ambiente da escala global à local. Em 1999 foi promulgada a **Lei No 9.795** de Política Nacional de Educação (PNEA), instituindo a obrigatoriedade da EA em todos os níveis e modalidades de ensino, mascomo uma prática educativa integrada, sem a inclusão de uma disciplina de EA nos currículos escolares.

Percebe-se que, a nível institucional, a demanda pelaEA vem se consolidando. Isso também ocorre em diversos segmentos da sociedade e entre educadores em diferentes níveis e meios. Tal demanda exige reflexões de caráter teórico e metodológico a fim de situar a prática docente em educação ambiental, um campo tão vasto quanto polêmico e os que buscam atuar neste campo devem saber que são muitas as estratégias de abordagem do tema, metodologias de trabalho, práticas pedagógicas e/ou políticas, que variam conforme as concepções de *Natureza*, de *Ambiente* e mesmo de *Educação* dos envolvidos.

Do ponto de vista teórico-filosófico, reconhece-se três perspectivas de maior influência no Brasil (e alguns de seus principais representantes acadêmicos): a **marxista** (representada por Carlos Frederico Loureiro, Carlos Walter Porto Gonçalves), a **fenomenológica** (Michele Sato) e a **hermenêutica** (Isabel Carvalho, Marcos Reigota). Alguns textos desses autores estão citados nas sugestões bibliográficas, ao final deste artigo.

Do ponto de vista metodológico, destacam-se duas diretrizes que orientam as estratégias docentes de EA:

a) na perspectiva ***comportamental****,* a ênfase é dada na realização de atividades práticas (individuais e coletivas) para mitigar ou resolver problemas ambientais: soluções técnicas como coleta seletiva e reciclagem de lixo, consumo ‘*consciente*’ de água e energia, reflorestamento, plantio de hortas, proteção de mananciais etc.

b) na perspectiva ***atitudinal***, prioriza-se discutir sociedade, ética e cidadania, o que inclui questionar modelos de produção e consumo, exploração socioeconômica, riscos e vulnerabilidade socioambientais, conflitos entre interesses privados e bens públicos, modelos de sustentabilidade social e ambiental. Essa perspectiva tem objetivos muito mais abrangentes e radicais, pois sugerem a partir de novos atores políticos, ‘sensibilizados, mobilizados e estruturados para transformar a sociedade e reverter o quadro de degradação socioambiental por ela gerado.

Na prática, o tratamento dado ao tema nas escolas tem se enfrentado grandes desafios. Do ponto de vista operacional, muitas das dificuldades resultam das características atuais do magistério na maior parte do país (falta de tempo, de recursos, obrigação de cumprir programas curricularesespecíficos, falta de apoio pedagógico e mesmo institucional etc). No entanto, há que também considerar o despreparo metodológico e teórico de muitos educadores, já que, em sua maior parte, não possuem formação específica para atuar em EA.

Isso talvez explique o predomíniodo enfoque comportamental, ligado ao estímulo de procedimentosmecânicas como reciclar lixo, não “poluir” o “ambiente”, plantio de mudas etc – muitas vezes até bem sucedidos como modo de **sensibilização** para a questão ecológica. Cabe aqui a crítica em relação ao uso do termo ‘*conscientização*’ ambiental: geralmente, os educandos estão conscientes dos riscos e da gravidade da maior parte dos problemas ambientais, mas são absolutamente incapazes de reverter a situação, decorrente de modelos políticos e de produção de agentes hegemônicos.

Acredito que toda ética e toda noção de cidadania pressupõem um conjunto de comportamentos pró-ativos mas também algumas restrições a que nos submetemos em nome de algo maior ou de uma coletividade. A que ética ambiental e a que sustentabilidade seremos solidários? **Por um lado**, a ética ambiental pode exigir mais responsabilidade e mudanças de atitude no sentido de restringir padrões de consumo, exigir cuidados com dejetos, limitar a expansão de áreas edificadas e cultivadas a fim de preservar biodiversidade, águas, ar e solos. **Por outro lado**, a sustentabilidade ambiental pode estar associada a benefícios sociais imediatos, como redução de gastos com insumos – de energia e água a materiais de construção e papel –, melhorias na qualidade de vida e novas oportunidades de geração de emprego e obtenção de renda. Dessa relação cunhou-se a noção de sustentabilidade sócio-ambiental. Assim, sustentabilidade ambiental e social são aspectos que podem – e devem – estar integrados.

Ao apresentar uma parcela das concepções que envolvem educação ambiental fica claro que há grandes perspectivas para os educadores que acreditam poderem mobilizar transformações culturais, sociais e institucionais através da EA.O fato desta não ter um conteúdo programático pré-estabelecido e não estar inserida formalmente na carga horária de nenhuma disciplina cria dificuldades, mas abre oportunidades: a rigidez dos currículos oficiais não é tão grande que impeça o aproveitamento do volume e diversidade de informações disponíveis sobre o tema. Na escola (ainda) é possível estimular o pensamento crítico, a reflexão e a participação (cidadania).

**Sugestões bibliográficas:**

Acselrad, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados.* [online]. vol.24, n.68, pp. 103-119. 2010.

Carvalho, Isabel Cristina de Moura. A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da Educação Ambiental no Brasil. 229 pp.Porto Alegre; Ed. UFRGS, 2001.

Carvalho, Isabel Cristina de Moura. Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico. 3a edição. 256 pp. São Paulo. Ed. Cortez. 2008.

Loureiro, Carlos Frederico; Layrargues, Philippe Ppomier; Castro, Ronaldo Souza (Orgs.) Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico. São Paulo, Ed.Cortez. 2009.

Loureiro, Carlos Frederico; Trein, Eunice; Tozoni-Reis, Marília Freitas de Campos; Novicki, Victor. Contribuições da Teoria Marxista para a Educação Ambiental Crítica. Cad. Cedes, Campinas, vol. 29, n. 77, p. 81-97, 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

Pedrini, Alexandre de Gusmão. As Políticas Públicas Nacionais com Educação Ambiental no Brasil: evolução e perspectivas. (traduzido do inglês). In: Azeiteiro, U., GONÇALVES, F & PEREIRA. M. (Eds) Alemanha, Peter Lang Ed., 2004. Disponível em <http://www.cpd1.ufmt.br/gpea/pub/pedrini_pp_ea.pdf>. Acesso realizado em junho de 2011.

Porto-Gonçalves, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2006.

Reigota, Marcos, Possas, Raquel & Ribeiro, Adalberto (Orgs.). Trajetórias e narrativas através da Educação Ambiental. Rio de Janeiro, DP&A Editora. 2003.

Sato, Michele & Carvalho, Isabel Cristina de Moura. Educação Ambiental: pesquisa e desafios. Ed. Artmed. 2005

Scotto, Gabriela; Carvalho, Isabel Cristina de Moura; Guimarães, Leandro Belinaso. Desenvolvimento Sustentável. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes. 2007.

Tristão, Márcia. A educação ambiental na formação de professores: rede de saberes. São Paulo. Ed. Annablume.2004.